

# CONIC-SEMESP

14º Congresso Nacional de Iniciação Científica

**TÍTULO:** TRANSSEXUALIDADE - A IDENTIDADE SOCIAL COMO DIREITO, ELEMENTOS CRITICOS SOBRE A TRANSSEXUALIDADE NA OTICA DO SERVIÇO SOCIAL

**CATEGORIA:** EM ANDAMENTO

**ÁREA:** CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

**SUBÁREA:** SERVIÇO SOCIAL

**INSTITUIÇÃO:** PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

**AUTOR(ES):** ANA PAULA DE CASTRO DA CRUZ, JÚNIA MARIZA CORREA DE SOUZA

**ORIENTADOR(ES):** VITÓRIA RÉGIA IZÁU

**COLABORADOR(ES):** ANDRÉA BRANCO SIMÃO, JÚNIA MARIZA CORREA

Realização:



Apoio:



## 1. RESUMO

A pesquisa tem como objetivo identificar e apontar questões relacionadas a transsexualidade a partir de levantamento bibliográfico, na busca de refletir sobre a possibilidade e limites da atuação do serviço social nessa área. A análise de conteúdo é utilizada para o estudo do material bibliográfico coletado sobre a temática.

## 2. INTRODUÇÃO

A ideia para desenvolvimento deste estudo é resultado de questionamentos das estudantes sobre o que se tem publicado sobre as capacidades e atribuições das ações do serviço social junto ao público transex, ou seja, de indivíduos que sentem um desconforto em relação ao seu órgão genital e desejam redesigna-lo para o sexo oposto.

Para Jesus (2012) conviver com a discordância de um gênero da anatomia biológica e o gênero que se tem de si, não deve ser visto como um transtorno, mas uma reflexão sobre a questão da identidade respeitando a dignidade humana.

No Brasil, a questão da transsexualidade ainda é vista sob uma ótica discriminatória e preconceituosa, em um contexto onde os indivíduos ainda tem difícil acesso aos serviços ofertados pelo sistema de saúde, seja, ele através dos equipamentos particulares ou públicos. A partir de 2002 foi aprovado pelo Conselho Federal de Medicina a resolução 1482/97, que autoriza a cirurgia de mudança de sexo.

## 3. OBJETIVOS

O objetivo geral deste estudo é conhecer o que diferentes estudos científicos colocam acerca de questões relacionadas a transsexualidade para, posteriormente, refletir sobre as possibilidades e limites da atuação do profissional do serviço social junto a este subgrupo populacional.

## 4. METODOLOGIA

Este estudo se fundamenta em uma metodologia de natureza qualitativa, cuja técnica empregada é a de análise de conteúdo. Segundo Bardin (1979, p.42 apud Minayo 2006, p. 303) a análise de conteúdo se caracteriza como:

“um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos o objetivos de descrição do conteúdo das mensagens (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos as condições de produção/recepção destas mensagens”.

## 5. DESENVOLVIMENTO

É fundamental a importância de discorrer sobre esse fato, uma vez que a sociedade não faz distinção entre o homossexualismo, o travestismo e o transsexualismo. Portanto, é identificação e diferenciação desses casos sobre as definições correlacionadas a heterogeneidade dos conceitos relativos à temática da transsexualidade. Sobre isto, Freitas (2012) pontua o seguinte:

“sexo refere-se a determinação homem e mulher; gênero é atributos feminino/masculino; heterossexualismo relações entre sexo opostos; homossexualismo relações entre pessoas do mesmo sexo; transexual convicção de pertencer biologicamente um sexo que pode ser resolvida através de cirurgias; travestis são homens que podem as vezes se comportar como mulheres (p.)”.

A experiência sobre a redesignação, ou seja, a transformação do corpo é um ponto culminante para os transex, pois através desse método que se pode alcançar a aceitação entre o corpo e a identidade sexual psíquica explicitada por Etal (2010)

“(...) nesse sentido o Conselho Federal de Medicina definiu como terapia a correção cirúrgica da genitália externa e dos caracteres sexuais secundários no caso de diagnostico de transexualismo”

No entanto esse reconhecimento e a garantia de atendimento medico-cirurgião não acompanham outros da vida cotidiana, por exemplo. A segregação existente no mercado de trabalho que traz experiências tristes para os envolvidos aumentando a discriminação e o preconceito; atrelado a essa questão também se verifica a pouca qualificação devido ao restrito acesso a educação, saúde básica precária, baixa renda e outros de acordo com Irigaray que confirma “muitas vezes, também a noite trabalham em estabelecimento voltado para o publico GLS ou, ainda, em salões de beleza”.

## 6. RESULTADO

Os textos apontam que os cursos como medicina, advocacia e psicologia têm um vasto material de pesquisa científica produzido e a se produzir com o tema da transsexualidade. Por outro lado, o curso de serviço social apresenta uma lacuna grande na produção científica a respeito do assunto que é discutida de

maneira rasa na disciplina de antropologia e sociologia. Uma produção maior nessa área é de fundamental importância para os profissionais do serviço social que na sua atuação lida com essas situações em diferentes contextos, cujo, o próprio código de ética preconiza a resolução do Conselho Federal de Serviço Social nº 489/2006, de 03 de junho de 2006 que considera:

Ementa: Estabelece normas vedando condutas discriminatórias ou preconceituosas, por orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo, no exercício profissional do assistente social, regulamentando princípio inscrito no Código de Ética Profissional.

Podemos exemplificar na medicina com Etal (2010) o procedimento a ser executado no processo transsexualizador.

“(...) Nesse sentido o Conselho Federal de Medicina definiu como terapia a correção cirúrgica da genitália externa e dos caracteres sexuais secundários no caso de diagnóstico de transexualismo”. O homossexual tem um problema sexual, o travesti tem um problema social e o transexual tem um problema de gênero. (p.89)

As definições são tênues perpassando por muitas vezes parece similares, mas com distinções de fator social e de gênero (humano).

Para os operadores do direito, assegurar as garantias para alteração do prenome/nome social e sexo no registro civil através da jurisprudência os transexuais temos duas linhas de acesso a mudança: o nome social é através da vara civil e para o gênero (sexo) na vara da família onde nessa vara pode ocorrer a mudança tanto do prenome quanto do gênero, contudo o tempo estimado é maior em relação ao primeiro, sendo utilizado pelos transexuais a vara civil.

Já psicologia trata de um acompanhamento por dois anos junto com um psiquiatra para avaliar junto ao indivíduo a sua vontade na redesignação da genitália.

## 7. FONTES CONSULTADAS

**Minayo**, Maria Cecília de Souza- O desafio do conhecimento pesquisa qualitativa em saúde-9 ed. São Paulo. 2006, 406p.

**Freitas**, Maria Ester, **Dantas**, Marcelo, (orgs), Diversidade sexual e trabalho: São Paulo; Cengage Learning, 2012.

**FRANCO** T. Miranda LC, **Franco** D. Zaidhaft S. Aran M. Transgenitalização masculino/feminino experiência do hospital universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro UFRJ Rev. Col. Brás Cir. [periódico na internet] 2010 37(6). Disponível em URL: <http://www.scielo.br/rcbc>